
Crítica da cobertura jornalística sobre a luta por moradia na perspectiva do urbanismo¹

Míriam Santini de ABREU²
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

O artigo explora a cobertura jornalística da luta por moradia e sua irrupção no espaço urbano. A análise centra-se em notícias sobre as ocupações urbanas que eclodiram em Florianópolis (SC) no primeiro semestre de 2018. O objetivo é fazer a crítica da cobertura jornalística do jornalismo hegemônico e contra-hegemônico a partir das fontes utilizadas, orientando-se pela discussão de H. Lefebvre sobre o *urbanismo*. Para a análise empírica, foram selecionadas seis edições do jornal *Notícias do Dia*, do Grupo RIC, e duas notícias em vídeo, uma do coletivo *Maruim Jornalismo* e outra do *Jornal dos Trabalhadores e Trabalhadoras (JTT)*, do *Portal Desacato*. A análise sinaliza o potencial do jornalismo contra-hegemônico na construção da consciência para a compreensão dos conflitos pela apropriação do espaço urbano em sua totalidade.

PALAVRAS-CHAVE:

Cobertura jornalística; Ocupações urbanas; Urbanismo; Jornalismo contra-hegemônico; Henri Lefebvre

Introdução

O artigo explora a cobertura jornalística da luta por moradia e sua irrupção no espaço urbano. A análise centra-se em notícias sobre as ocupações urbanas que eclodiram em Florianópolis (SC) no primeiro semestre de 2018: a Ocupação Fabiano de Cristo, no bairro Monte Cristo (parte continental da capital catarinense), e a Ocupação Marielle Franco, no Maciço do Morro da Cruz (Centro de Florianópolis³). O objetivo é fazer a crítica da cobertura jornalística do jornalismo hegemônico e contra-hegemônico a partir das fontes utilizadas, orientando-se pela discussão de H. Lefebvre sobre o urbanismo.

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, email: misabreu@yahoo.com.br

³ A capital catarinense engloba toda a Ilha de Santa Catarina e tem ainda 11 bairros no continente.

Em suas obras *O direito à cidade* (1968), *Do rural ao urbano* (1970) e *A revolução urbana* (1970), o autor francês faz a crítica ao *urbanismo moderno* a partir do fenômeno urbano⁴. Lefebvre afirma que o motor das transformações na sociedade moderna é a industrialização e dela nasce a *sociedade urbana*, o *urbano*, mas este é um processo inconcluso, em formação, em parte real e em parte virtual:

O *urbano* (abreviação de “sociedade urbana”) define-se portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o *possível*, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam *impossível* (LEFEBVRE, 1999, p. 26). [Com grifos no original]

A uma parcela importante destes obstáculos Lefebvre dá o nome de urbanismo tomado como saber e instituição – formando um conjunto de representações (ideológicas e institucionais) que substituem e ocultam “(...) a própria realidade urbana, com sua problemática e sua prática” (LEFEBVRE, 1999, p. 45). Entre aqueles que se ocupam do urbanismo, conformando tendências que esboçam uma estratégia global, o autor distingue:

- o urbanismo dos homens de boa vontade, formado por arquitetos e escritores, que se ligam a um humanismo clássico e liberal e são nostálgicos em relação a modelos antigos, como os agrários, tomados como medida para os novos imóveis e cidades. “Esses humanistas apresentam-se ao mesmo tempo como médicos da sociedade e criadores de novas relações sociais” (LEFEBVRE, 1991a, p. 23-4).

- o urbanismo dos administradores ligados ao setor público (estatal), que se pretende científico, dividindo a si mesmo em tendências e extrapolando seus resultados a partir de uma ciência ou de uma análise fragmentária da realidade considerada. “Esse urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica), não hesitaria em arrasar o que resta da Cidade para dar lugar aos carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes” (id., 1991a, p. 24).

- o urbanismo dos promotores de venda, que não negociam mais uma moradia ou imóvel, e sim urbanismo como valor de troca, inscrevendo-se, por exemplo, nos

⁴ Na obra de Lefebvre, a modernização é resultado de um duplo processo: a industrialização e a urbanização da sociedade, configurando o *fenômeno urbano*.

textos publicitários das construtoras, que associam a moradia a novos estilos de vida. “O projeto dos promotores de vendas se apresenta como ocasião e local privilegiados: lugar de felicidade numa vida quotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada” (id., 1991a, p. 25).

Essas tendências revelam a distinção que o autor faz entre o *urbanismo* e o *urbano*. Para Lefebvre, a forma do urbano, sua “razão suprema”, são a “simultaneidade e o encontro” (LEFEBVRE, 1991a, p. 79):

Ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível (LEFEBVRE, 1991a, p. 79).

Já o *urbanismo* é uma forma ideológica “(...) que pretende dominar e submeter à sua *ordem* o processo de urbanização, assim como a prática urbana” (LEFEBVRE, 1999, p. 137, com grifo no original). O aspecto concreto da ideologia urbanística é o mito da tecnocracia, pelo qual os tecnocratas dissimulam o fato de que se aplica e se impõe o mínimo de técnica na arquitetura e no urbanismo:

Nos oferecem estritamente o mínimo e, em contrapartida, nos submetem a um poderoso sistema de opressões e de normas, elaboradas não por razões técnicas, mas financeiras, e por especialistas que obedecem aos imperativos do mínimo custo de produção: isto é o que o público deve aceitar sob o tom da tecnocracia, sob a cobertura do mito da tecnocracia. A tecnocracia é e sempre será um mito; o dia em que não for significará que teremos outro tipo de política, que toda a técnica será posta a serviço da realidade, da vida social, a serviço, em meu vocabulário, da vida cotidiana⁵ (LEFEBVRE, 1978, p. 208).

É na discussão sobre o urbanismo e a ideologia urbanística que Lefebvre trata da distinção entre *habitar* e *habitat*. O autor afirma que coube ao pensamento urbanístico pôr de lado o *habitar* e conceber o *habitat*, “(...) função simplificada, restringindo o ‘ser humano’ a alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se” (LEFEBVRE, 1999, p. 78). O *habitat* recalcou assim o *habitar*, uma prática milenar, complexa, mas concreta, dotando-o da racionalidade pretensamente urbanística:

O *habitat*, ideologia e prática, chegava inclusive a reprimir as características elementares da vida urbana, constatadas pela ecologia mais sumária: a

⁵ Tradução da autora.

diversidade das maneiras de viver, dos tipos urbanos, dos “*patterns*”, modelos culturais e valores vinculados às modalidades ou modulações da vida cotidiana. O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o “vivido” a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou “máquinas de habitar” (LEFEBVRE, 1999, p. 78-9). [Com grifo no original]

É em F. Nietzsche e em M. Heidegger que Lefebvre restitui o sentido do habitar, pela utilização de “(...) conceitos e categorias capazes de ir aquém do ‘vivido’ do habitante, em direção ao não-conhecido e ao desconhecido da cotidianidade (...)” (LEFEBVRE, 1999, p. 79). O autor oferece uma noção decisiva: habitar, para o indivíduo ou para o grupo, é se apropriar de algo: “Apropriar-se não é ter em propriedade, e sim fazer sua obra, modelá-la, formá-la, pôr nela sua marca própria⁶” (LEFEBVRE, 1978, p. 210). Habitar, então, para além da estreiteza do que prescreve o pensamento urbanístico (ideológico), é apropriar-se do espaço:

A casa e a linguagem são os dois aspectos complementares do “ser humano”. Acrescentemos: o discurso e as realidades urbanas, com suas diferenças e relações, secretas e/ou evidentes. O “ser humano” (não dizemos “o homem”) só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira. Mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea, exceto, talvez, quanto não passa de aplicação da publicidade e encarnação do mundo da mercadoria, a troca abolindo o uso, ou o sobredeterminando (LEFEBVRE, 1999, p. 79).

A crítica da cobertura jornalística das ocupações urbanas tem potencial para desvelar a tensão entre o urbano/urbanismo e o habitar/habitat a partir da exploração das fontes utilizadas e do desvendamento da ideologia urbanística em que se estruturam. Para isso, faz-se a distinção entre o jornalismo hegemônico, representado pelas mídias tradicionais, e o jornalismo contra-hegemônico. No Brasil, há vários modos de se nomear as mídias que buscam se contrapor ao jornalismo tradicional/hegemônico, tais como mídia *alternativa*, *independente* e *contra-hegemônica*. O conceito de jornalismo contra-hegemônico aqui adotado tem sido proposto no jornalismo a partir do conceito de hegemonia de A. Gramsci. Na tradição marxista, a expressão *contra-hegemonia* é usada para se referir à hegemonia da classe trabalhadora ou, mais precisamente, ao processo de combate à hegemonia burguesa (Guimarães, 2015, p. 218).

⁶ Tradução da autora.

Com relação ao enfrentamento da hegemonia no campo da imprensa, Guimarães sugere ao jornalismo que se pretende contra-hegemônico um deslocamento necessário na *função* do jornalismo: 1) do *esclarecimento* para a construção da *consciência*, e 2) da mudança do *sujeito* para quem essa prática deve se voltar, devendo mover-se do *indivíduo* para a *classe* (2015, p. 231). A importância deste deslocamento é explicitada pela autora:

Como vimos, a construção da contra-hegemonia pressupõe, em primeiro lugar, um esforço de superação das ideias dominantes que, ao se universalizarem ideologicamente, fazem com que o consenso em torno da dominação atinja também (e principalmente) as classes trabalhadoras. Mas, também como já foi sinalizado, é preciso que, uma vez abaladas as bases do consenso estabelecido, exista algo para ser colocado em seu lugar. Ou melhor, para sermos mais precisos: é necessário que o processo de desconstrução desse consenso seja, ele próprio, parte da construção de uma nova concepção de mundo, coerente com as necessidades dos trabalhadores. E esta, por sua vez, para que seja orgânica e não apenas uma expressão de fé, só se constrói como parte da experiência concreta (embora não espontânea) – de vida, de exploração e luta – desses trabalhadores (GUIMARÃES, 2015, p. 233).

As premissas de Guimarães são exploradas no conjunto empírico formado por seis edições impressas do jornal *Notícias do Dia*, do Grupo RIC, entre 9 de junho e 1º de julho de 2018, compondo o conjunto do jornalismo hegemônico, e duas notícias em vídeo, uma do coletivo *Maruim Jornalismo* (8/5/2018) e outra do *Jornal dos Trabalhadores e Trabalhadoras (JTT)*, do *Portal Desacato* (2/7/2018), compondo o conjunto do jornalismo contra-hegemônico⁷. A abordagem inicia-se com a identificação das fontes, sobre as quais Schmitz apresenta a seguinte definição:

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou sigiloso para transmitir ao público, por meio de uma mídia (SCHMITZ, 2011, p. 32).

A partir desta definição, o autor elabora a seguinte matriz da tipificação das fontes de notícias:

⁷ O artigo tem como foco a análise informada, sem considerar especificidades do texto noticioso e das notícias e reportagens em vídeo.

Quadro 1 – Matriz da tipificação das fontes noticiosas

Categoria	Grupo	Ação	Crédito	Qualificação
Primária	Oficial	Protiva	Identificada	Confiável
Secundária	Empresarial	Ativa	Sigilosa	Fidedigna
	Institucional	Passiva		Duvidosa
	Individual	Reativa		
	Testemunhal			
	Especializada			
	Referência			

Fonte: Schmitz (2011)

Para o estudo, interessa particularmente a divisão das fontes em Grupos feita por Schmitz (2011, p. 53-6), a qual ele sistematiza (Quadro 1) e define a partir de diferentes autores:

Oficial - alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preserva os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios de ofício, companhias públicas etc.)

Empresarial - representa uma corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio

Institucional - representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social

Individual - representa a si mesma (pessoa comum, personalidade política, cultural, artística ou um profissional liberal, desde que não fale por uma organização ou grupo social)

Testemunhal – alguém que viu ou ouviu, como partícipe ou observador

Especializada – alguém de notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização detentora de um conhecimento reconhecido

Referência - aplica-se à bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta

A partir das fontes, foram selecionados fragmentos das notícias que desvelam a tensão entre o urbano/urbanismo e o habitar/habitat na cobertura jornalística⁸. No jornalismo hegemônico, cinco das seis edições analisadas tratam de um episódio de repressão policial e derrubada de casas na Ocupação Marielle Franco (que se localiza parte em área da prefeitura e parte em área privada), no dia 22 de junho de 2018 e de suas repercussões nos dias seguintes.

Análise dos materiais do jornalismo hegemônico

Quadro 2 – Fontes ouvidas na cobertura jornalística do ND

6 edições impressas do jornal <i>Notícias do Dia (ND)</i> , do Grupo RIC		
Veículo/data	Fontes entrevistadas	Total
1- ND 9-10/6/2018 2 páginas e chamada	ocupante da Fabiano de Cristo; arquiteto; decisão judicial; secretário do Continente de Florianópolis; secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Florianópolis; Plano Municipal de Habitação; superintendente municipal de Habitação e Saneamento de Florianópolis	7
2 - ND 23-24/6/2018 3/4 de página e chamada + editorial	procurador-geral do município de Florianópolis; diretor da secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Florianópolis; assessoria de imprensa da Prefeitura de Florianópolis	3
3 – ND 25/6/2018 3/4 de página e manchete + nota de colunista	morador da Marielle Franco; <i>superintendente municipal de Habitação e Saneamento de Florianópolis</i> ; <i>procurador-geral do município de Florianópolis</i>	3 1 nova
4 – ND 28/6/2018 3/4 de página e chamada	presidente da Câmara de Diretores Lojistas (CDL); <i>superintendente municipal de Habitação e Saneamento de Florianópolis</i> ; presidente da ONG FloripAmanhã	3 2 novas
5 – ND 29/6/2018 1 página e chamada + editorial	prefeito de Florianópolis; <i>presidente da ONG FloripAmanhã</i> ; <i>secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Florianópolis</i> ; secretária de Assistência Social; advogada dos moradores; comandante do 4º Batalhão da PM; comandante da 1ª Região da PM	7 5 novas
6 – ND 30/6-1/7/2018	<i>superintendente municipal de Habitação e Saneamento de Florianópolis</i> ; <i>advogada dos moradores</i>	2 0 nova

⁸ As edições citadas são compostas também por editoriais e colunas que se referem às ocupações, mas a análise concentra-se principalmente nas notícias.

1/2 página		
Total: 18 (excluídas da totalização as fontes que se repetem ao longo das edições e que estão em itálico no quadro)		
TIPOS DE FONTES: Oficial = 10; Empresarial = 1; Individual = 1; Testemunhal = 1; Institucional = 3; Referência = 2		

Organização da autora

A predominância das fontes Oficiais, dez, é o primeiro elemento que se sobressai na análise do Quadro 2. Na cobertura específica da repressão policial na Ocupação Marielle Franco, que foi noticiada em cinco das seis edições, apenas um morador foi ouvido. As fontes Oficiais, assim como a Empresarial (uma) e duas Institucionais, corroboram a linha editorial do jornal de criminalizar as ocupações e naturalizar a afirmação de que elas abrigam o tráfico de drogas, como se confirma no Editorial da edição de 24/25 de junho intitulada “Combate às invasões”:

(...)

Como ocorreu em outros pontos da Ilha, admitir esse tipo de ocupação equivale a aceitar como normal a possibilidade de, em futuro pouco distante, a região vir a ser dominada pelo crime, porque é ali que costumam se estabelecer os líderes do tráfico de drogas.

(...)

Por esta razão, estão certos o judiciário, a Polícia Militar e a prefeitura de Florianópolis ao retirarem os moradores clandestinos. A cidade merece respeito, assim como seus habitantes que agem dentro das normas, pagando impostos e gerando renda e riqueza (ND, 23 e 24/6/2018, p. 10).

Neste sentido, um fragmento relevante da cobertura jornalística está na retranscrição “Querem deturpar o ambiente”, da notícia intitulada “Invasores desafiam prefeitura”, sobre a Ocupação Marielle Franco:

A área ocupada irregularmente está destinada para um projeto habitacional com 192 moradias. De acordo com a reportagem do ND na última sexta, o procurador-geral do município, Elton Rosa, revela que um aporte do Ministério das Cidades é aguardado para que o conjunto seja construído e que é preciso um cadastramento dos interessados junto ao setor de habitação.

“Pessoas estão aguardando por esse conjunto há oito anos. Eles estão nos cobrando, mas estão seguindo a vida. Não podemos privilegiar as ocupações. Se depois de uma invasão, a prefeitura for lá e acolher, imagina como fica a situação”, pondera Lucas [superintendente municipal de Habitação e Saneamento de Florianópolis] (SOUZA, 25/6/2018, p. 4)

O jornal não divulga nesta notícia a informação por ele mesmo publicada na edição conjunta dos dias 23 e 24, um dia antes, de que os seis empreendimentos de

moradias populares em Florianópolis estavam suspensos por desistência da empresa que venceu o edital para as obras.

Fica explícita a afirmação de que as pessoas devem esperar na fila a solução que a Prefeitura vai dar, não importa o tempo que isso leve, sendo que os já cadastrados aguardam há oito anos. Sobre a mesma ocupação, na notícia “Apoio contra invasões na Capital”, sobre uma reunião do prefeito com 21 entidades e organizações não-governamentais empresariais unidas para combater as ocupações, há outro fragmento relevante do representante de uma das entidades:

O presidente da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), Lidomar Bison, lembrou que existe um cadastro de pessoas a serem contempladas pelo programa [o prometido conjunto habitacional na área] e afirmou ser incompreensível estas ocupações clandestinas. “Não podemos deixar a cidade ser invadida. No caso da Caeira, certamente as invasões estão sendo orquestradas por lideranças político partidárias”, disse (SOUZA, 28/6/2018, p. 8)

Aqui, a liderança empresarial mobiliza o aspecto político, cristalizado na capacidade de organização dos moradores, para criminalizá-lo. A tensão entre o habitar e habitat aparece na afirmação de que a cidade não pode ser invadida. Já não se trata, portanto, de impedir que as pessoas tenham uma casa para morar e assim suprir uma necessidade básica do ser humano; a questão é impedir o acesso à cidade como um todo.

Outro fragmento relevante está na retranscrição “Não pode se tornar terra de ninguém” da citada notícia:

As invasões irregulares também são contestadas pela presidente do conselho da ONG FloripAmanhã, Zena Becker. Ela enumerou as invasões nas dunas da praia dos Ingleses, que transformaram a área na Favela do Siri; no maciço do Morro da Cruz, no Morro do Mosquito e agora na Caeira. “Temos que apoiar ao prefeito para adotar uma medida não drástica, convencendo os invasores a se retirarem, senão a cidade vai se tornar uma terra de ninguém (SOUZA, 28/6/2018, p. 8)

Nas guerras, a expressão “terra de ninguém” designa territórios não ocupados e sob disputa entre os exércitos. Da forma como aparece na afirmação da representante da ONG, que reúne empresários, ela explicita o papel negativo que cabe aos que buscam, sem poder pagar, um lugar na cidade. Na edição de 29 de junho, o jornal volta ao tema da reunião do prefeito com as entidades e organizações e publica as afirmações de duas

outras fontes Oficiais, comandantes da Polícia Militar, em uma retransmissão intitulada “Caminho para a criminalidade”:

“As ocupações têm impacto direto na segurança pública, onde a criminalidade se instala pela falta de controle do poder público. (...) Um ambiente ordenado melhora a qualidade de vida das pessoas”, afirmou Pontes” (GONÇALVES, 29/6/2018, p. 3).

Destaca-se, na fala dos representantes dos empresários, a relação cúmplice com a posição da Prefeitura e a do próprio jornal, ao reafirmarem a ideia de cidade da Ordem, onde as pessoas devem ficar no seu lugar, o qual, no caso dos ocupantes, é a fila dos programas habitacionais, sem poderem se integrar à Ordem da cidade, por não terem possibilidade de comprar ou alugar moradia. O lugar virtual é a fila, sem que possam ocupar um lugar real, concreto, na cidade. O representante da corporação militar, por sua vez, universaliza a associação entre as ocupações e a criminalidade, sem que, em nenhuma das cinco edições com notícias específicas da demolição de casas na Ocupação Marielle Franco e seus desdobramentos, o jornal ouça fontes que discutam as razões do déficit habitacional e os motivos para a dificuldade de aquisição de moradia ou de pagamento de aluguel.

Isso acontece, ainda que de forma restrita, na edição conjunta de 9/10 de junho, antes da ação da Prefeitura e da Polícia Militar na referida ocupação. Na retransmissão intitulada “Ocupação no Monte Cristo tem apoio técnico”, referindo-se à Ocupação Fabiano de Cristo, é ouvido um representante do Coletivo Solidário de Apoio Técnico às Ocupações e, na mesma retransmissão, o repórter afirma: “Ao perceberem que o projeto da prefeitura para construir as casas populares naufragou, moradores da região decidiram invadir o lugar e construir eles mesmos as moradias” (BISPO, 9-10/7/2018, p. 4). Ou seja, assim com na Ocupação Marielle Franco, a Ocupação Fabiano de Cristo, no Monte Cristo, iniciou depois de promessas da Prefeitura, que não se concretizaram, de construir moradias populares nos dois locais.

Análise dos materiais do jornalismo contra-hegemônico

Quadro 3 – Fontes ouvidas na notícia do *JTT*

1 notícia em vídeo do <i>Jornal dos Trabalhadores e Trabalhadores (JTT)</i>, do Portal Desacato (3:10)		
Veículo/data	Fontes entrevistadas	Total
JTT 2/7/2018	moradora da Marielle Franco 1; moradora da Marielle Franco 2; moradora da Marielle Franco 3	3
Total: 3 TIPOS DE FONTES: Testemunhal = 3 (testemunharam a derrubada de casas pela prefeitura e Polícia Militar)		

Organização da autora

A notícia do *JTT* ouviu três moradoras da ocupação que testemunharam a ação policial. Para a análise, destacam-se dois fragmentos de duas moradoras entrevistadas:

Fragmento 1: Fala que aqui é tudo uma cambada de traficante, que aqui é isso, que aqui é aquilo, e realmente não é. São pessoas trabalhadoras. Realmente tem muitas crianças, pessoas que não tem para onde ir. A gente quer paz. A gente tem criança. A gente tem idoso. Não quero ver meu filho crescer revoltado. Um dia, quando crescer, vai querer, o que o meu filho vai querer ser vendo um policial dentro de casa batendo na mãe ou jogando spray de pimenta, soltando bomba, tirando casa, batendo no vô e nos amiguinhos dele? Teve família que teve que pular a janela de dentro de casa, passar para o outro lado, porque tinha um monte de criança dentro de uma casa, para não ficar no meio da muvuca. Eles fizeram questão de abrir a porta e jogar bomba dentro da casa e jogar spray de pimenta e as crianças pulando a janela, uma janela alta. A gente precisa de uma resposta, que eles ouçam a gente, que é uma situação de desespero, a gente não sabe o que fazer mais (JTT, 2/7/2018, 1:18)

Fragmento 2: É que nem... a gente tava, eu e meu esposo, que a gente já tava começando a passar dificuldade porque a gente pensa: pô, como que a gente vai sair, trabalhar, sair para arrumar serviço, pra ser virar, sendo que a gente tá na rua, trabalhando, fazendo alguma coisa, a gente vai receber a notícia de que a casa da gente tá sendo destruída. Ou você paga aluguel e não come ou você come e não paga o aluguel. E a gente acabou escolhendo essa opção, da gente ter pelo menos o que comer e ter com o que os filhos da gente viver, e não pagar o aluguel (JTT, 2/7/2018, 2:41)

A fala das ocupantes faz um importante contraponto à das fontes Oficiais ouvidas pelo jornal *Notícias do Dia*. Do ponto de vista da ideologia urbanística, espera-se que os moradores aguardem na fila até o momento em que a Prefeitura – a gestora do espaço urbano - resolva tirar do papel o projeto que diz ter para a área. Até lá, deveriam estar “seguindo a vida”, como afirmou o procurador-geral do município. Se assim não procedem, cabe-lhes compreender a necessidade da atuação do sistema opressor, vendo as casas serem demolidas pela Polícia Militar e a Prefeitura. Mas a entrevista com os

moradores explicita que o tempo da Prefeitura – a fila de espera por habitação não se move há oito anos – é diferente do tempo de quem ocupa. A ocupação assim se explica: “A gente precisa de uma resposta, que eles ouçam a gente, que é uma situação de desespero, a gente não sabe o que fazer mais”. E assim se define: “Ou você paga aluguel e não come ou você come e não paga o aluguel”.

Quadro 4 – Fontes ouvidas na reportagem do *Maruim Jornalismo*

1 notícia em vídeo do coletivo <i>Maruim Jornalismo</i> (4:54)		
Veículo/data	Fontes entrevistadas	Total
Maruim 8/5/2018	moradora da Fabiano de Cristo 1; moradora da Fabiano de Cristo 2; moradora da Fabiano de Cristo 3; membro da comissão de apoio da Fabiano de Cristo	4
Total: 3 TIPOS DE FONTES: Individual = 3; Institucional = 1		

Organização da autora

A reportagem em vídeo do *Maruim Jornalismo* foi feita na Ocupação Fabiano de Cristo, na área continental de Florianópolis, e integra o material empírico por apresentar elementos importantes para se refletir sobre o papel do jornalismo contra-hegemônico. Um diferencial notável da reportagem é entrevistar os moradores dentro de suas casas. Assim, é possível observar detalhes como as famílias cozinhando e vasos de plantas sobre a mesa. Na parte externa, imagens mostram crianças brincando com cachorros, soltando pipa, varais cheios de roupas. Destacam-se dois fragmentos em duas diferentes entrevistas, uma delas de uma ocupante (fragmento 1) que cuida da organização do dia a dia da ocupação:

Fragmento 1: Eles não tão passando fome porque a gente tá ajudando, não tem? Até eles conseguirem o espacinho deles direitinho, ter as coisinhas deles. (MARUIM, 14/5/2018, 3:20)

Fragmento 2: A gente tá sendo discriminado porque tamo aqui nessa barraquinha de lona, pensa que aqui é um drogado, um ladrão, um assassino, mas aqui é tudo pai de família, trabalhador, entendeu? (MARUIM, 14/5/2018, 3:29)

Nas entrevistas está expressa a ideia de apropriação, porque as famílias não têm o domínio privado daquele espaço, mas buscam, na dura vida cotidiana da ocupação e

de forma coletiva, fazer das casas ainda precárias o espaço do *habitar*. A reportagem menciona o abandono do prometido projeto habitacional para a área, que constituiria o restrito *habitat*, retomando Lefebvre, ou seja, nem mesmo a construção de habitações populares se concretizou, levando as famílias a se auto-organizarem para ter onde morar. O texto no site do *Maruim Jornalismo* que divulga o vídeo informa que parte dos ocupantes é formada por pessoas que não conseguem pagar aluguel e cujos pais, nos anos 1990, também precisaram ocupar para ter garantido o direito à moradia. Essa informação, porém, não é discutida no vídeo.

Considerações finais

Retoma-se a crítica de H. Lefebvre ao urbanismo para assinalar como, no jornalismo hegemônico, o setor público (estatal) e o setor privado se alinham no movimento de criminalizar as ocupações em nome da cidade da Ordem. As causas do déficit habitacional são ignoradas e resumidas ao papel do setor público de gerir um cadastro e uma fila em que as pessoas interessadas devem deixar o nome e aguardar, e cujos critérios e prioridades sociais não são explicitados. Nesse aspecto, as políticas públicas sequer cumprem o papel de propiciar o *habitat* (entendido na concepção lefebvriana de habitação concebida a partir do estado e do capital), ou seja, a moradia popular financiada com recursos públicos, quando as populações clamam pelo *habitar*, o direito à cidade como um todo, e não apenas a uma casa. Aos ocupantes é negado tanto o *habitat* quanto o *habitar*. As notícias do jornalismo hegemônico não problematizam o fato de a fila por moradia não se movimentar há oito anos nem aprofundam as causas do abandono dos projetos habitacionais prometidos e cuja construção beneficiaria as áreas onde estão localizadas as duas ocupações.

O jornalismo contra-hegemônico busca colocar em cena esse conflito. Como assinala Guimarães, é necessário o deslocamento na *função* do jornalismo contra-hegemônico, do *esclarecimento* – proposto pelo jornalismo hegemônico – para a *construção da consciência*. Do mesmo modo, há que reposicionar o *sujeito* para quem essa prática deve se voltar, devendo mover-se do *indivíduo* para a *classe*. Índícios desses elementos aparecem nas notícias analisadas do *JTT* e do *Maruim Jornalismo*, que procuraram, a partir dos ocupantes, expressar o significado das ocupações no espaço urbano da cidade.

Esse significado irrompe quando os entrevistados expõem o desespero por sua pouca possibilidade de escolha (comer ou pagar aluguel); quando reafirmam que trabalham, em uma realidade na qual, mesmo com a destruição das leis trabalhistas, a pessoa sem trabalho beira a perda de sua própria cidadania; quando demonstram que as ocupações resultam de um movimento coletivo e que têm ao seu lado um conjunto de apoiadores.

Mas, para aprofundar as possibilidades assinaladas por Guimarães em relação ao jornalismo contra-hegemônico, nas duas notícias em vídeo analisadas, seria necessário aprofundar a compreensão do que significam as ocupações urbanas. O espaço urbano é uma totalidade, e assim os fenômenos que nele ocorrem precisam ser compreendidos em sua relação com o tecido social hoje integrado e dinâmico, ou seja, no relacionamento com essa totalidade.

Tanto na notícia do *JTT* quanto na do *Maruim Jornalismo*, a virada em relação à cobertura do jornalismo hegemônico – por ouvir os ocupantes – começa, mas não se completa. O *ND* diversificou suas fontes, são 18 nas seis edições analisadas, mas nelas predomina a lógica do urbanismo, que, como conjunto de saberes técnicos e de ideologia sobre a cidade, oculta a realidade urbana excludente de Florianópolis. As notícias do *JTT* e do *Maruim Jornalismo* buscam pôr em xeque esses saberes e essa ideologia pela fala dos ocupantes entrevistados, mas se restringem ao fenômeno das duas ocupações, de forma isolada, sem as relacionar com o contexto da cidade.

Não se trata de, para isso, produzir documentários. As duas notícias analisadas têm entre três e cinco minutos e há que se levar em conta que, por serem produções para as redes sociais, não têm as limitações de tempo das emissoras de tevê convencionais. Assim, seria possível ampliar o arco de informações, do próprio repórter ou de mais fontes, para aprofundar a compreensão do tema, inserindo-o na realidade de outras ocupações na cidade e do déficit habitacional agravado pela situação política e econômica do país. De todo o modo, a análise sinaliza o potencial do jornalismo contra-hegemônico na construção da consciência para a compreensão dos conflitos pela apropriação do espaço urbano em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

BISPO, Fábio. Bolsões de pobreza se multiplicam. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 9/10 jun. 2018, p. 4.

GONÇALVES, Michel. Famílias recusam projetos sociais. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 29 jun. 2018, p.3.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. **Jornalismo e luta de classes**: desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia. Tese apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2016/Mencoes-Honrosas/Servico-Social-Catia-Correa-Guimaraes.PDF>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

JTT. Jornal dos Trabalhadores e Trabalhadoras. Ação violenta da PM na Ocupação Marielle Franco. **Portal Desacato**. Florianópolis (SC). Edição de 2 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DU7BDNWHcts>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991a.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 3ª reimpressão (2008).

MARUIM JORNALISMO. Ocupação Fabiano de Cristo: 28 famílias ocupam terreno em busca de moradia. **Maruim Jornalismo**. Florianópolis (SC), 14 mai. 2018. Disponível em: <<http://maruim.org/2018/05/14/ocupacao-fabiano-de-cristo-28-familias-ocupam-terreno-em-busca-de-moradia/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

NOTÍCIAS DO DIA. Combate às invasões. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 23/24 jun. 2018, p. 10.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes empresariais no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SOUZA, Diogo de. Invasores desafiam prefeitura. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 25 jun. 2018, p. 4.

SOUZA, Colombo de. Apoio contra invasões na Capital. **Notícias do Dia**, Florianópolis (SC), 28 jun. 2018, p. 8.